

ECONOMIA: TAXA MÉDIA DE JUROS CAI EM AGOSTO, MAS SEGUE TENDÊNCIA DE ALTA



Endividamento das famílias chega a 53,1% em julho.

A taxa média de juros das concessões de crédito livre e direcionado teve leve queda no mês de agosto, mas mantém a tendência de alta em 12 meses, segundo as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas nesta quarta-feira (28/09), pelo Banco Central (BC). A taxa alcançou 28,7% ao ano em agosto, redução de 0,7 ponto percentual no mês e alta de 7,6 pontos percentuais em 12 meses.

A alta dos juros bancários médios ocorre em um momento em que a taxa básica de juros da economia, a Selic, está em seu maior nível desde janeiro de 2017, em 13,75% ao ano.

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), a Selic foi mantida nesse patamar, após 12 elevações consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. A Selic é o principal instrumento usado pelo BC para alcançar a meta de inflação.

Em ata divulgada na terça-feira (27/09), o Copom avaliou que *“o repasse da Selic para as taxas finais de diferentes modalidades de crédito tem ocorrido conforme esperado, ainda que as concessões de crédito para pessoa jurídica sigam mais robustas que o esperado”*. A elevação da taxa básica ajuda a controlar a inflação porque causa reflexos nos preços, já que juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, contendo a demanda aquecida.

No crédito livre para as famílias, a taxa média de juros chegou a 53,9% ao ano, com aumento de 0,5 ponto percentual em relação a julho e de 13,4 pontos percentuais em 12 meses. Nas contratações com empresas, a taxa livre caiu 0,6 ponto percentual no mês e cresceu 6,6 pontos percentuais em 12 meses, alcançando 22,8% ao ano.

Para pessoas físicas, o destaque foi o cartão de crédito, com alta de 2,1 pontos percentuais no mês e 25,5 pontos percentuais em 12 meses, alcançando 87,3% ao ano. No crédito rotativo, que é aquele tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão e dura 30 dias, houve aumento de 3,5 pontos percentuais no mês e 62,9 pontos percentuais em 12 meses, para 398,4% ao ano. Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida. Nesse caso do cartão parcelado, os juros subiram 4,2 pontos percentuais no mês e 22,3 pontos percentuais em 12 meses, para 185,9% ao ano.

Também influenciaram o aumento dos juros para as famílias as taxas do cheque especial, com alta de 1,2 ponto percentual no mês e 3,5 pontos percentuais em 12 meses (128,6% ao ano). Por outro lado, os juros do crédito pessoal não consignado caíram 1,1 ponto percentual no mês de agosto e aumentaram 5,5 pontos percentuais em 12 meses (85,4% ao ano).

No crédito livre às empresas, houve queda de 1,5 ponto percentual no mês e alta de 5,8

pontos percentuais em 12 meses em capital de giro, chegando a 22% ao ano. Já no cheque especial, os juros subiram 3,6 pontos percentuais no mês e caíram 1,2 ponto percentual em 12 meses, indo para 325,4% ao ano. O financiamento a importações caiu 2,3 pontos percentuais em agosto e subiu 1,7 ponto percentual em 12 meses, para 11,7% ao ano. Por fim, o cartão de crédito teve recuo de 3,5 pontos percentuais nos juros do mês e aumento de 14,1 pontos percentuais em 12 meses, para 39,7% ao ano.

Crédito direcionado

Essas taxas são do crédito livre, em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado, que tem regras definidas pelo governo, é destinado basicamente aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

No caso do crédito direcionado, a taxa média para pessoas físicas ficou em 10,6% ao ano em agosto, estável no mês e alta de 3,5 pontos percentuais em 12 meses. Para as empresas, a taxa caiu 6,3 pontos percentuais no mês e 1 ponto percentual em 12 meses, para 9,1% ao ano.

Alta das contratações

Mesmo com a alta dos juros, em agosto, o estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos do Sistema Financeiro Nacional (SFN) ficou em R\$ 5,067 trilhões, com aumento de 1,6% em relação a julho. O crescimento em 12 meses da carteira chegou a 16,8% no mês passado. O saldo do crédito correspondeu a 54,3% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços que o país produz.

O saldo das operações de crédito do SFN com as micro, pequenas e médias empresas cresceu 2,2% e 14,4%, no mês e em 12 meses, respectivamente, ante variações de -0,4% e de 8,2% com o segmento de grandes empresas, naqueles mesmos períodos. Como resultado, de acordo com o BC, a participação da carteira de micro, pequenas e médias manteve sua trajetória de crescimento gradual ao longo dos últimos dois anos.

O crédito ampliado ao setor não financeiro, que é o crédito disponível para empresas, famílias e governos independentemente da fonte (bancário, mercado de título ou dívida externa) alcançou R\$ 14,259 trilhões, crescendo 0,6% no mês e 10,4% em 12 meses.

Esse aumento ocorreu majoritariamente nos empréstimos do SFN no mercado doméstico, a expansão de 1,6%. Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 10,4%, com relevância para os crescimentos na carteira de títulos de dívida (10,5%) e na carteira de empréstimos do SFN (16,8%).

Endividamento das famílias

De acordo com o BC, a inadimplência (considerados atrasos acima de 90 dias) tem se mantido estável há bastante tempo, com pequenas oscilações, e registrou 2,8% em agosto. Nas operações de crédito livre para pessoas físicas, está em 5,6% e para pessoas jurídicas em 1,8%.

O endividamento das famílias, relação entre o saldo das dívidas e a renda acumulada em 12 meses, chegou ao recorde de 53,1% em julho, na série histórica iniciada em janeiro de 2005, refletindo o aumento das concessões de empréstimos. Houve alta de 0,3% no mês e de 5,1% em 12 meses. Com a exclusão do financiamento imobiliário, que pega um montante considerável da renda, ficou em 33,6% no mês de julho.

Já o comprometimento da renda, relação entre o valor médio para pagamento das dívidas e a renda média apurada no período, ficou em 28,6% naquele mês, crescimento de 0,5% no mês e 3,8% em 12 meses, também o recorde da série. Para esses últimos dados, há uma defasagem maior do mês de divulgação, pois o Banco Central depende de dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a renda das famílias.

Foto: Divulgação

<https://jornalpanfletus.com.br/noticia/3458/economia-taxa-media-de-juros-cai-em-agosto-mas-segue-tendencia-de-alta-em-07/07/2024-19:18>